



DOSSIÊ TEMÁTICO:

**ÁFRICA(S) E EDUCAÇÃO ANTIRACISTA NA SALA DE AULA
NA ÁFRICA E NO BRASIL**

Entrevista



**POTENCIALIDADES E ADVERSIDADES DO ENSINO DA GEOGRAFIA AFRICANA
NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Por Raquel Mendes & Frédéric Monié

Raquel Mendes

Doutoranda em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP)

<https://orcid.org/0000-0001-5216-2288>

<http://lattes.cnpq.br/0321074423287157>

Contato: almeidamendesraquel@gmail.com

Frédéric Monié

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro; Coordenador do GeoÁfrica

orcid.org/0000-0002-8738-3301

Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

(PPGEO/IESA/UFG), na linha de Ensino - Aprendizagem em Geografia. Especialista (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Docente/CEFOR/IFES). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/campus Araguaína). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico - Raciais e Espacialidades (LAGENTE/UFG) e do Ateliê de Pesquisas e Práticas em Ensino de Geografia (APEGEO/UNICAMP). Atua principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Ensino de Geografia, Geografia da África e Relações étnico-raciais.

Como citar:

MENDES, R; MONIÉ, F.: Potencialidades e adversidades do ensino de Geografia Africana no contexto brasileiro. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 9, p. 10-16, jan-mar, 2024

Biografia: Raquel Mendes é Doutoranda em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/UNICAMP) e bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás





Entrevista de Raquel Mendes¹

Boletim GeoÁfrica: *A Senhora pode apresentar as grandes linhas de seu percurso acadêmico? O que a levou a se especializar na problemática do ensino da África?*

As minhas aproximações com os debates que envolvem o ensino de África se iniciaram durante a minha atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), enquanto estudante de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína. Nesse contexto, tanto as docentes responsáveis (coordenadora da área e professora supervisora), quanto os temas debatidos no subprojeto de Geografia ao qual eu estava vinculada, privilegiavam as questões afro-brasileiras e africanas no Ensino de Geografia e durante os quase três anos de vínculo, vivi um intenso processo de aprendizagem sobre didática e pesquisa em Geografia.

O que estou querendo dizer com isso? Quero ratificar que as lacunas oriundas de um currículo institucionalizado em não conformidade com a lei nº 10.639/03, ou seja, com ausência de disciplinas e práticas didático-pedagógicas voltadas para o entendimento dos processos de formação territorial brasileira afro-referenciadas, das conexões Brasil-África no passado e no presente e do entendimento das dinâmicas econômicas, sociais, culturais e regionais do continente mãe, durante minha formação como Licenciada em Geografia foi, em certa medida (não completamente) suprida pelas oficinas, leituras, debates e planos de aula construídos no espaço-tempo do PIBID, bem como das pesquisas que se desdobraram em trabalhos para eventos e artigos científicos.

Ainda enquanto parte das atividades proporcionadas pelo PIBID, pude me aproximar do cotidiano de uma comunidade quilombola, partilhar dos saberes tradicionais negros por eles/as cultivados e enxergar na minha pessoa e na minha genealogia familiar os traços e elementos histórico-geográficos que coadunam, até os dias de hoje, no meu 'tornar-se negra'. A construção dessa identidade veio acompanhada, sobretudo, dos questionamentos e ativismos acadêmicos (ou não) em prol de uma formação docente comprometida com aspectos de justiça social, racial,

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 12 de abril de 2024



epistêmica e do pensamento decolonial na formação docente em Geografia e suas réplicas na construção do conhecimento geográfico escolar, na formação dos/as estudantes.

Foi a partir desse arcabouço que construí minha aproximação com as Geografias Negras, não necessariamente com as Geografias africanas, a priori, acredito que minha principal conexão com os debates sobre África, pelo viés da Geografia, decorrem da minha etapa do mestrado na Universidade Federal de Goiás, quando fui interpelada pelo meu então orientador, Prof. Dr. Alex Ratts, sobre as minúcias que articulam os campos de pesquisa sobre Geografia Cultural, onde raça e etnia podem até serem contemplados, com ressalvas, mas pesquisar ou mesmo ensinar os temas étnico-raciais não é necessariamente abordar sobre África, afinal, os estudos africanos, enquanto campo científico tensionado em diversas áreas, tais como História e Sociologia, também são alvo das contribuições geográficas e, dessa maneira, compreender como esse processo está sendo realizado nas instituições públicas de ensino superior brasileiras, no que concerne às licenciaturas, tornou-se central no meu percurso investigativo.

Boletim GeoÁfrica: Considera que a Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da História e da cultura afro-brasileira e africana, contribuiu para a consolidação da pesquisa sobre o Ensino da Geografia da África no Brasil?

Dentre os propósitos estabelecidos na minha dissertação, havia a tentativa de compreender as implicações da lei nº 10.639/03 na promoção das pesquisas sobre o Ensino de Geografia da África no Brasil. Na busca por essa resposta, estabeleci uma pesquisa documental junto à biblioteca digital de teses e dissertações da CAPES, realizando um levantamento de obras acadêmicas oriundas de programas de pós-graduação brasileiros nas áreas de Geografia, Educação e programas interdisciplinares. A premissa era selecionar os trabalhos que abordassem prioritariamente os temas africanos e afro-brasileiros no campo do Ensino de Geografia.

Com o levantamento das pesquisas à época, encontramos um total de 11 trabalhos, sendo 4 teses e 7 dissertações. Pudemos, primeiramente, constatar que se trata de um subcampo da Geografia brasileira com pesquisas recentes (no intervalo de 2012 a 2017) e ainda incipientes, considerando a urgência desses debates em prol da justiça racial e epistêmica nos espaços formais de educação do nosso país. A espacialização das pesquisas selecionadas aponta o total de nove instituições de ensino, sendo que 7 delas são do eixo Sul e Sudeste do Brasil, onde temos maior



concentração de programas de pós-graduação em Geografia. Os demais trabalhos provêm da UFAM e da UFC.

No que diz respeito à temática dos trabalhos, foi possível notar algumas similaridades. Em termos gerais, as principais linhas adotadas pelos pesquisadores no campo do Ensino de Geografia versam sobre: i) livros e manuais didáticos; ii) representações e imagens da África; e iii) propostas pedagógicas para o ensino de África em sala de aula.

Esse levantamento, bem como o contato com os trabalhos selecionados, fez-me compreender, dentre muitas coisas, que as pesquisas sobre a África têm auxiliado tanto no entendimento da lógica de marginalização estabelecida frente a essa temática, quanto na possibilidade de reflexões sobre os mecanismos da colonialidade do saber ainda fomentados no âmbito da Geografia escolar. Isso se manifesta nas lacunas curriculares, na frágil formação inicial e continuada de professores frente à abordagem dos saberes africanos à luz da Geografia, na produção de materiais didáticos e paradidáticos, entre outros.

As disputas dos movimentos negros brasileiros em prol da inserção obrigatória do ensino de África e cultura afro-brasileira nas escolas, sem dúvida, fomentam legalmente e tensionam a atuação profissional e acadêmica de docentes-pesquisadores/as em Geografia no questionamento sobre as contribuições que a nossa ciência dispõe para os estudos africanos. Isso pode não ser tão significativo quantitativamente no que diz respeito ao número de teses e dissertações nos repositórios científicos do país, mas é um grande e importante sinalizador do lugar ocupado por esses sujeitos na construção de uma tradição de debates africanos e afro-brasileiros, no avanço e consolidação dos propósitos de se ensinar uma Geografia cidadã, afro-referenciada e antirracista.

Boletim GeoÁfrica: Qual sua avaliação geral a respeito do ensino da Geografia da África no Brasil, no ensino superior? Poderia, por favor, apresentar os resultados mais relevantes de sua dissertação de Mestrado que versa sobre essa temática?

Meu intuito em refletir e analisar os cursos de formação de professores de Geografia durante a etapa de mestrado trouxeram alguns insights que, certamente, não terminam, não findam na minha proposta, se estendem para outras problemáticas, outras facetas do processo de ensinar sobre o continente africano. Nessa dinâmica de continuidade, busco sempre me ver na condição outrora de estudante da educação básica, estudante de licenciatura em Geografia e, agora, mais do



que nunca, tenho buscado conectar-me na interface de docente-pesquisadora-ativista e como o fluir dessas percepções é formativo para minhas práticas pedagógicas e de pesquisa.

O primeiro ponto (ou resultado) que posso trazer para essa discussão é que a prática contra hegemônica do docente de Geografia (educação básica e superior) tem se esbarrado com os obstáculos institucionais, com as prerrogativas político-ideológicas das instituições de ensino no âmbito da reprodução e manutenção de saberes dos grupos dominantes e de propostas educacionais comprometidas com modelos funcionalistas, burocráticos, alinhados ao silenciamento dos conteúdos e temas africanos na Geografia.

Ainda que existam marcos legislativos que estabeleçam a obrigatoriedade do ensino da temática africana nas escolas e nas universidades, enquanto iniciativa de reparação histórica e luta por equidade racial por parte dos movimentos negros, os embates não acabam por aí. A considerar pelo baixo quantitativo de cursos de Geografia que dispõem de disciplinas sobre África e pelo tímido avanço na produção de pesquisas de pós-graduação na área, bem como pelos relatos dos docentes do ensino superior acerca de suas trajetórias formativas e de suas práticas pedagógicas, ainda há muito a ser consolidado.

O segundo ponto foi notado durante as minhas entrevistas com os professores universitários responsáveis por disciplinas de Geografia da África em algumas instituições de ensino superior públicas, onde pudemos constatar as peculiaridades no que concerne aos caminhos teóricos, aos recursos didáticos e às abordagens geográficas adotadas. Lembro-me da beleza em perceber as iniciativas em sala de aula, os ativismos defendidos pelos docentes, as redes de colaboração e as brechas tomadas para contrapor as barreiras institucionalizadas. Na minha ótica, ficou muito evidente que eles se conhecem, pois sempre citavam uns aos outros durante as entrevistas e, acima de tudo, se reconhecem como parceiros de trabalho, compartilham referências, redigem artigos em conjunto, constroem eventos acadêmicos e convidam uns aos outros para participarem de disciplinas. Há uma espécie de rede multi-institucional, pautada no fortalecimento e nas trocas de saberes sobre geografia africana.

O terceiro e último ponto, mas não menos importante, advém do levantamento e análise dos planos de curso das disciplinas sobre geografia africana. Em alguns momentos, sobretudo no início da análise, parecia que a temática africana se restringia, ou mesmo se secundarizava, em face de uma leitura regional do mundo. Essa minha percepção foi fortemente modificada ao final do processo, pois pude notar que a abordagem regional fortalecia a percepção geográfica do



continente africano como região viva e resistente à homogeneização incentivada pelo mote da modernidade-colonialidade. Na verdade, a percepção descritiva e quantitativa de região oriunda das correntes clássicas e teóricas me fez questionar as potencialidades dessa abordagem. No entanto, por meio das entrevistas com os docentes, pude ratificar a contribuição da Geografia para os estudos africanos por meio dessa categoria, sobretudo na percepção de que se trata de uma região do mundo, um espaço regional participante dos processos globalizadores, com aspectos políticos, econômicos, sociais e territoriais convergentes e divergentes. As narrativas docentes destacaram que a categoria região, antes de mais nada, auxilia na composição de um múltiplo e complexo espectro da espacialidade africana, com articulações regionais pungentes no passado e no presente, diferenciadas concretamente pelo exercício do poder ou simbolicamente pelo âmbito da cultura, o que me parece uma grande potencialidade da Geografia nos estudos africanos, mas meu desejo é que não seja a única abordagem.

Boletim GeoÁfrica: *A Senhora desenvolve, atualmente, uma pesquisa de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Unicamp (Campinas, São Paulo). Pode apresentar os objetivos que pretende alcançar com essa pesquisa? Quais os maiores desafios que você enfrenta?*

15

Na minha tese, tenho trabalhado com foco na Geografia escolar do ensino médio, pensando na formação de jovens estudantes no que diz respeito à construção de um raciocínio geográfico antirracista. Tenho compreendido nos últimos anos que o conhecimento geográfico escolar apresenta ampla potencialidade teórica e pedagógica na criação de abordagens e mecanismos que problematizam as questões étnico-raciais como categorias que podem e devem ser lidas em relação às práticas espaciais das juventudes e à relação sociedade-meio.

Assim, como objetivo central, busco compreender como as questões étnicas e raciais no processo de ensino-aprendizagem do conhecimento geográfico do ensino médio (incluindo os conteúdos sobre o continente africano) podem contribuir para o desenvolvimento do raciocínio geográfico dos jovens escolares, como um saber poderoso na afirmação e no tensionamento de suas identidades e práticas espaciais voltadas para a formação de sociabilidades juvenis antirracistas.

Reconheço, a partir desse objetivo, inúmeros desafios. Talvez o maior deles seja alinhar espectros tão complexos que envolvem a didática da Geografia, a categoria juventude e a educação para as relações étnico-raciais. No entanto, na medida em que defendo minha tese, pretendo



evidenciar que a educação geográfica antirracista ocorrerá por meio de ações coordenadas, da consciência epistemológica e didático-pedagógica dos conhecimentos geográficos trabalhados na escola e das possibilidades existentes para uma forma específica de pensar geograficamente os fenômenos, em compromisso com práticas de equidade social e racial. Nesse sentido, acredito que os saberes geográficos mediados pelos docentes e internalizados pelas juventudes tendem a contribuir no cotidiano destes para que os processos de racialização sejam vistos como uma chave teórica relevante para refletir sobre o mundo, sobre as múltiplas relações que fluem da escala global à escala vivencial.